

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

OPERAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE SANEAMENTO DO CONCELHO DE ARGANIL

PRC/2023/085/DAR/CP

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a Águas do Centro Litoral, SA (adiante designada por AdCL) e o Prestador de Serviços, cujo objeto principal consiste na Prestação de Serviços de Operação dos Subistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, melhor identificadas nos **ANEXOS I, II, III** do Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante, com observância das especificações técnicas nele constantes.
2. As coordenadas de localização do Subistema encontram-se no **ANEXO I**
3. As quantidades previstas no **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos são estimadas e poderão ao fim de cada ano ser ajustadas em função das necessidades de Operação, sendo que qualquer alteração será informada com 3 meses de antecedência, sem que haja alteração dos preços unitários da proposta.
4. As quantidades foram estimadas considerando o histórico e as tarefas e periodicidades presentes no **ANEXO II**.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
 - f) O clausulado contratual.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se na data da sua celebração, com a aposição da última assinatura digital e mantem-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. No prazo máximo de 10 dias após a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá apresentar os documentos identificados no n.º I da cláusula 7ª do presente Caderno de Encargos.
3. O início da prestação de serviços propriamente dita ocorrerá imediatamente após a aprovação pela AdCL de todos os documentos mencionados no número anterior.
4. Independentemente de não se ter completado o prazo referido em I. o contrato cessará imediatamente, quando os pagamentos ao Adjudicatário atinjam o preço contratual máximo de 391.228,00€ (*trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito euros*).
5. A contagem do prazo de execução é contínua, incluindo sábados domingos e feriados.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e seus anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:
- a) Obrigação de Prestação dos Serviços de operação das Infraestruturas saneamento de águas residuais identificadas no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos, em perfeitas condições tendo em conta os fins a que se destinam, durante o prazo estipulado na cláusula 3.^a e de acordo com as especificações técnicas descritas nos **ANEXO II** do presente caderno de encargos;
 - b) A alojar à execução da presente prestação de serviços os técnicos de Operação e os técnicos superiores, que terão de prestar os serviços na área geográfica dos Subsistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, obrigando a executar todos os trajetos entre as infraestruturas identificadas no **ANEXO I**, do presente Caderno de Encargos de forma a cumprir com as tarefas e periodicidades descritas no **ANEXO II**
 - c) Garantia de continuidade de Prestação dos Serviços obrigando-se a contratar os colaboradores necessários e indicados nas especificações técnicas descritas nos **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, obrigando-se a substituir cada colaborador que se ausente, por qualquer motivo previsto ou imprevisto, por exemplo baixa, férias, acidentes de trabalho, gozo de descanso compensatório e/ou apoio à família, etc.
 - d) O adjudicatário obriga-se a apresentar um planeamento com definição de colaboradores designados para suprir as necessidades de férias ou outros motivos de ausência.
 - e) O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela AdCL, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.

- f) O Adjudicatário deve disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior.
 - g) O Adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos da AdCL, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à Prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5ª

Trabalhadores do Adjudicatário afetos à Prestação de Serviço

- 1. Todos os trabalhadores afetos à presente prestação de serviços cujo vínculo laboral na Entidade seja superior a um ano devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- 2. Os trabalhadores afetos à prestação de serviço cujo vínculo laboral com o adjudicatário seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior ao prazo da prestação de serviço.
- 3. O disposto no n.º 1 da presente cláusula não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 4. O disposto nos números 1 e 2 da presente cláusula não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros.
- 5. Sempre que a AdCL entenda conveniente poderá requerer os respetivos comprovativos ao Adjudicatário, que deverá fornecê-los no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula 6.^a

Prazo da prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nos **ANEXOS I; II; III, IV** ao presente caderno de encargos, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data da celebração do contrato ou quando se esgote o preço contratual máximo de 391.228,00€ (trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte e oito euros).

Cláusula 7.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. O Adjudicatário obriga-se no prazo de 10 (dez) dias a contar da celebração do contrato a proceder à entrega dos elementos referentes à execução do contrato e ainda os necessários para cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento para Fornecedores nomeadamente os constantes no Anexo I do RG.01 – Regulamento para Fornecedores.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato e os demais previstos no n.º I a AdCL procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações, bem como outros requisitos exigidos por lei.
3. Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 8.^a

Especificações da Prestação de Serviços

- I. Para além das especificações técnicas descritas nos **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos o adjudicatário obriga-se ainda a:
 - a) Alocar à execução do presente contrato um Responsável pela Gestão da Prestação de Serviços que será responsável pela verificação, coordenação e vigilância da correta realização dos Serviços descritos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos e pela gestão das equipas afetas à sua execução, designadamente as equipas de operação.
 - b) O exercício por um período mínimo de **três anos** em funções similares (na área de exploração de sistemas de saneamento e drenagem de águas residuais). A afetação deste técnico deverá ser de 20%, distribuídos equitativamente pelo Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil, com as seguintes responsabilidades:

- i. Verificação, coordenação e vigilância da Prestação de Serviços nos capítulos: técnico, controlo das atividades e disciplinar.
 - ii. Será o representante do Prestador de Serviços e o interlocutor preferencial perante a entidade adjudicante em todos os aspetos relacionados com a Prestação de Serviços, nomeadamente no que respeita à tomada de decisões relativas ao contrato e ao modo como a Prestação de Serviços é executada.
 - iii. Deverá ainda ser responsabilidade do Responsável pela Gestão da Prestação de Serviços, a promoção de ações de formação aos elementos da equipa.
 - iv. A análise e avaliação das condições de funcionamento operacional e processual das infraestruturas descritas no **ANEXO I**.
 - v. Tomar conhecimento dos pontos críticos das infraestruturas constantes do **ANEXO I** apresentando metodologias de operação a adotar de forma a evitar incidentes e/ou acidentes;
 - vi. Implementar a estratégia de operação definida pela AdCL.
 - vii. Implementar as rotinas e atividades diárias/semanais previstas no Plano de Operação estabelecido pela AdCL, de forma a assegurar todas as necessidades de operação e limpeza;
 - viii. Garantir que os registos periódicos se encontram em dia.
 - ix. Apoio na garantia que os trabalhadores têm disponíveis todos os EPI necessários para as suas funções.
- b) Alocar à execução do presente contrato um técnico de Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança, por forma a garantir o total cumprimento das normas exigidas ao nível de Qualidade, Ambiente e Segurança, Responsabilidade Social. Este colaborador terá de possuir, como requisitos mínimos, formação superior como Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho (nível V ou nível VI); Licenciatura em Engenharia ou áreas similares; exercício por um período mínimo de dois anos em funções similares e experiência em condução de auditorias internas, comprovada com formação ministrada por entidade reconhecida nas normas NP EN ISO 9001:2015 (Qualidade), NP EN ISO 14001:2015 (Ambiente), NP EN ISO 45001:2019 (Segurança) e SA8000:2014 (Responsabilidade Social) e NP EN ISO 19011:2019 (Auditorias), com a duração, por normativa, de pelo menos 12h.

A afetação deste técnico deverá ser de 20%, presencial distribuídos equitativamente ou conforme as necessidades pelos Subsistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, com as seguintes responsabilidades:

- i. Identificar, avaliar e divulgar os riscos profissionais, bem como implementar as respetivas medidas de prevenção.
- ii. Elaborar e coordenar os procedimentos de segurança e higiene no trabalho, assegurando a orientação técnica dos profissionais da área de segurança e saúde no trabalho.
- iii. Organizar a documentação associada à prevenção de riscos nas instalações bem como a respetiva divulgação, formação e treino a todos os elementos a mobilizar pelo prestador de serviços. As avaliações de riscos, procedimentos de segurança e procedimentos de emergência devem garantir o trabalho em equipa de, no mínimo, dois colaboradores.
- iv. Acompanhar a implementação e a evolução das medidas de segurança em função dos objetivos de qualidade e ambiente da AdCL.
- v. Formar e informar os colaboradores das medidas de prevenção aplicadas.
- vi. Formar e informar sobre os requisitos da norma SA 8000 (Responsabilidade Social).
- vii. Assegurar a implementação dos planos do sistema de gestão da AdCL.
- viii. Propor medidas de melhoria.
- ix. Realizar a monitorização do ruído ocupacional e divulgar as fichas individuais de exposição ao ruído e apresentação de resultados e divulgação até 3 (três) meses após assinatura de contrato, bem como o respetivo acompanhamento de acordo com o previsto na legislação em vigor.
- x. Elaborar e divulgar os procedimentos de segurança e instruções de emergência necessárias à execução das atividades.
- xi. Promover a monitorização dos agentes químicos, físicos e biológicos.
- xii. Registar e verificar periodicamente o equipamento de proteção individual e de resgate.
- xiii. Elaborar relatório trimestral sobre as atividades de SST desenvolvidas, com o conteúdo mínimo:
 - Resumo de Atividades de Acompanhamento de SST e/ou Inspeções às instalações, com a inclusão de sugestões de melhoria, sempre que aplicável;
 - Acidentes de trabalho.

- Formações/ sensibilizações.
- Inspeções/ Verificações aos Equipamentos.
- Consultas e participações dos trabalhadores.
- Fichas de Procedimento de Segurança;
- Atualizações das IPAR – Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos;
- Acompanhamento da Medicina do Trabalho;
- Simulacros.

O Responsável pela Gestão da Prestação de Serviços, referido na alínea a), e o Técnico de Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança, referido na alínea b), deverão garantir presença nas instalações do Sistema de Saneamento de Arganil, de acordo com a afetação estabelecida no presente caderno de encargos sempre que convocado pela entidade adjudicante.

- c) Alocar à execução do presente contrato uma equipa **de 2 (dois) Operadores** afetos a 100% todos os dias úteis das 8:00 às 17:00.
- d) Essa equipa será responsável, de forma individual e coletiva, pela correta realização dos Serviços descritos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos.
- e) Os operadores a considerar na proposta, cujas afetações estão descritas nos **ANEXO I e II**, terão de possuir como requisitos mínimos, o 9.º ano de escolaridade e a titularidade de licença para conduzir viaturas ligeiras e pelo menos 2 anos de experiência em operação de sistemas de Saneamento. De referir que a AdCL terá de verificar o cumprimento dos requisitos anteriormente definidos (escolaridade mínima e título de condução e experiência profissional), antes da sua entrada ao serviço.
- f) **A viatura a alocar à Prestação de Serviço deve ter a cabina/habitáculo separado da caixa de transporte de forma a garantir a segurança e higiene durante o transporte de equipamentos auxiliares à execução das tarefas previstas e resíduos provenientes de outras instalações, para a ETAR de Alagoa.**
- g) **Esta viatura deve ser disponibilizada de forma contínua, em horário normal de trabalho bem como em regime de prevenção e trabalho suplementar durante o período de vigência do contrato.**

- h) Alocar à execução do presente contrato um “smartphone” com pelo menos 1 GB de dados para, se necessário, reportar ocorrências e/ou eventos decorrentes da execução das tarefas descritas no **ANEXO II** através da aplicação WhatsApp.
- i) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXO II** o adjudicatário obriga-se a proceder, com recurso aos operadores ali identificados, à limpeza e manutenção até nível 2, inclusive (norma AFNOR) e inspeções básicas de órgãos e equipamentos, designadamente:
 - i. Inspeção do estado de funcionamento de equipamentos e órgãos (observação de ruídos/vibrações)
 - ii. Lubrificações de rotina (centrífuga de desidratação de lamas)
 - iii. Manobra manual de equipamentos
 - iv. Verificar colmatação de filtros
- j) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXO II** o adjudicatário obriga-se a realizar as atividades de troca e trasfega de reagentes de processo.
- k) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXO II** o adjudicatário obriga-se a realizar as atividades de rearme de disjuntores elétricos.
- l) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXO II** o adjudicatário obriga-se a custear os gastos administrativos e outros (meios materiais necessários à execução dos trabalhos de operação, viaturas, combustíveis das viaturas afetas à Prestação de Serviços, portagens, comunicações, seguros, etc.);
- m) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXO II** o adjudicatário obriga-se a trabalhar em regime de prevenção, ou seja, obriga-se a assegurar que os operadores afetos à execução do presente contrato estão disponíveis, no horário pós-laboral, para se deslocar às Infraestruturas descritas no **ANEXO I** e realizar tarefas de operação não previstas resultantes de avarias/ocorrências.
- n) Este regime de disponibilidade ou prevenção tem de iniciar a prestação de trabalho suplementar no prazo máximo de 30 minutos, após o contacto da empresa, pelo que se obrigam a manter-se permanentemente contactáveis durante o período de disponibilidade ou prevenção.

- o) Deve ainda ser considerado que todos os operadores que exercem regime de prevenção, poderão deslocar-se a qualquer infraestrutura dos Subsistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, sempre que solicitado pela AdCL.
- p) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXOS II** o adjudicatário obriga-se a assegurar que os operadores realizarão o trabalho suplementar, necessário de forma a garantir a operação das infraestruturas descritas no **ANEXO I** após a ocorrência de avarias e/ou factos que a isso obriguem.
- q) Para o efeito deverá apresentar na sua proposta um custo fixo por hora suplementar, que deve contemplar o horário diurno, noturno, fins-de-semana e feriados.
- r) Na determinação dos custos unitários em período de prevenção a remunerar a cada um dos trabalhadores envolvidos/escalados para o efeito, deve ser considerado pelo adjudicatário como padrão mínimo o valor de 1,2€/hora.
- s) Garantir que a retribuição ao trabalhador relativa ao trabalho suplementar cumpre no mínimo Legal e o trabalhador tem direito ao descanso semanal obrigatório, e ocorre compensação nos termos da lei, havendo lugar à substituição do colaborador no período de descanso compensatório.
- t) Para a realização de trabalho suplementar, deve ser considerado, que todos os operadores no âmbito da Prestação de Serviços poderão realizar trabalho suplementar em qualquer infraestrutura do Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil, sempre que solicitado pela AdCL.
- u) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXOS II** o adjudicatário deverá prever o custo na linha correspondente da proposta, de duas deslocações de Arganil para Coimbra incluindo o retorno para Arganil, utilizando os meios afetos à prestação de serviços. As deslocações para transporte de colheitas ou outro transporte solicitado pelo gestor de Contrato serão faturadas de acordo com as efetivamente executadas.

v) Para além das especificações técnicas descritas no **ANEXOS II** o adjudicatário obriga-se a permitir que, sempre que solicitado pela AdCL, qualquer dos Operadores ao serviço desta Prestação de Serviços, possa desempenhar funções pontuais, em qualquer infraestrutura dos Subsistema de Saneamento do Concelho de Arganil e Penacova.

w) Nos Subsistemas de Saneamento do Concelho de Arganil, é necessário garantir:

O conjunto básico de EPI deve ser garantido, no mínimo, sempre em condições de utilização, pelo seguinte:

- i. Fardamento, composto por boné, parka, casaco impermeável, 4 polares, 4 polos de manga curta, 4 polos de manga comprida, 6 t-shirts, 6 calças (1 conjunto por trabalhador).
- ii. Luvas de proteção mecânica.
- iii. Luvas de proteção química e/ou biológica.
- iv. Luvas de trabalho em couro.
- v. Fatos de Proteção descartáveis (química/biológica).
- vi. Luvas descartáveis.
- vii. Capacete.
- viii. Galochas com biqueira e palmilha de proteção (nível de proteção mínimo S5 – não condutor).
- ix. Calçado com biqueira e palmilha de proteção (nível de proteção mínimo S3 – não condutor).
- x. Óculos de proteção.
- xi. Auriculares.
- xii. Equipamento portátil de deteção de gases: Um medidor por cada elemento da equipa, obrigatoriamente com sondas de gás sulfídrico - H₂S, Monóxido de carbono – CO, Oxigénio - O₂ e Mistura de gases explosivos/inflamáveis – LEL, devidamente calibrados. Durante a fase de ausência do equipamento, por motivo de calibração externa, o mesmo tem que ser substituído por equipamento portátil até ao regresso do equipamento residente.
- xiii. Máscaras e respetivos filtros de gases (nível mínimo de proteção dos filtros, Saneamento – A2B2E2K2P3)
- xiv. Máscaras descartáveis para poeiras

- xv. Coletes refletivos
- xvi. Cordas em Y e arnês de segurança – 1 conjunto por trabalhador.
- xvii. Colete salva-vidas – 1 colete por trabalhador.
- xviii. Equipamento de proteção individual para operar moto roçadora (Jardineira, arnês de suporte, capacete com viseira panorâmica, óculos de proteção e caneleiras de proteção).

Equipamentos para cada equipa a transportar na viatura de serviço:

- a) Tripé de elevação para resgate de pessoas e respetivos acessórios (guincho e retrátil).
 - b) Quando necessário, uma moto roçadora adequada para desmatção (cilindrada mínima = 50 cm³; potência mínima = 2,3 kW).
 - c) Caixa de primeiros socorros, com os consumíveis mínimos necessários em cada viatura de serviço, de acordo com a Informação **Técnica** n.º 1/2010 da DGS.
 - d) Meios de combate a incêndio – 1 extintor.
 - e) Todo o equipamento deve possuir marcação CE e apresentar evidências da sua calibração/verificação de acordo com as disposições legais.
 - f) Apresentar a listagem dos equipamentos de trabalho a utilizar como as respetivas verificações, de acordo com o DL 50/2005 de 25 de fevereiro.
2. É da exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços, garantir todos os meios e equipamentos necessários para a correta execução da prestação de serviço, nomeadamente:
- a) Garantir que as embalagens dos produtos químicos utilizados possuem rótulo redigido em língua portuguesa.
 - b) Disponibilizar e divulgar as fichas de dados de segurança dos produtos utilizados.
 - c) Comunicar a ocorrência de incidentes durante a realização das atividades nas instalações da AdCL, num prazo máximo de 24 horas.
 - d) Adotar medidas e atuar em situações de perigo grave e eminente.
 - e) Garantir a vigilância da saúde dos trabalhadores, incluindo realização de exames médicos e complementares face à atividade desenvolvida.

- f) Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis.
- g) Garantir formação sobre o modo de atuação em caso de emergência.
- h) Garantir formação sobre primeiros socorros, com duração mínima de 4 horas.
- i) Apresentar um plano de simulacros para o período de vigência do contrato até três meses, após a adjudicação.
- j) Formação na área ambiental, em especial sobre resíduos, aspetos e impactes ambientais considerados significativos e modo de atuação em caso de emergência ambiental.
- k) Formação sobre o modo de utilização dos equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva e resgate, e equipamentos de medição e monitorização.
- l) Formação sobre o acesso a espaços confinados, bem como, conhecimentos para efetuar o preenchimento de formulário de acesso que deve ser disponibilizado pelo adjudicatário.

Nota:

A AdCL disponibilizará as avaliações de riscos e perigos das suas Infraestruturas, que deverá servir de base à elaboração das suas avaliações de riscos e documentação complementar, por parte do Prestador de Serviço.

- 3. Garantir a substituição de qualquer operador, por motivo de férias ou outro previsível, sendo que deverá informar a AdCL com a antecedência mínima de 10 dias úteis da data desta substituição programada. Ou seja, sempre que um colaborador se encontra de férias, deverá ser substituído por um outro colaborador, tendo de estar disponíveis sempre o mesmo número de colaboradores (2).
- 4. Garantir a substituição de qualquer operador, por motivo imprevisível, tal como doença, acidente ou outro, no prazo máximo de 3 dias.
- 5. Garantir que após realização de trabalho suplementar em dia de descanso semanal obrigatório ocorre compensação nos termos da lei, havendo lugar à substituição do colaborador no período de descanso compensatório.

6. A eventual substituição de qualquer elemento pertencente à equipa técnica requer a aprovação prévia da AdCL, que ocorrerá no prazo máximo de 3 (três) dias após a comunicação, após análise do curriculum profissional que deverá ser fornecido para verificação do seu grau académico, carta de condução e do seu vínculo ao Adjudicatário. O Adjudicatário tem de comunicar e obter aprovação da AdCL de qualquer subcontratado não previsto na proposta objeto da adjudicação. Para o efeito a solicitação de substituição deve ser formalizada por correio eletrónico enviado para o gestor de contrato da AdCL.
7. O Adjudicatário é obrigado a manter a boa ordem nos locais de execução do presente contrato e a retirar dos mesmos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem da AdCL, os seus colaboradores que tenham tido comportamento perturbador da sua normal execução, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes da AdCL ou de representantes ou agentes do Adjudicatário, dos sub-adjudicatários ou de terceiros.
8. A ordem referida na cláusula anterior deverá ser fundamentada por escrito quando o Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo de imediata suspensão do(s) colaborador(es).
9. Todos os colaboradores afetos à execução do presente contrato deverão trabalhar devidamente fardados e possuir o equipamento de proteção individual adequado.
10. Encontra-se excluído da obrigação do adjudicatário na execução da presente Prestação de Serviços o seguinte:
 - a) O fornecimento de energia elétrica;
 - b) O fornecimento de reagentes de processo;
 - c) O fornecimento do material (óleos, filtros, combustíveis para geradores, lâmpadas) necessário para a realização, por parte dos operadores, das atividades de manutenção nível I enunciados no número I, alínea h;
 - d) O transporte e encaminhamento a destino final de resíduos;
 - e) Casos de força maior resultantes de factos naturais ou situações imprevisíveis e inevitáveis que afetem o normal trabalho da Prestação de Serviços;
 - f) Outros trabalhos para além dos mencionados no ponto I e 2.

- II.** A AdCL disponibilizará, para uso do operador, um equipamento para registo das tarefas planeadas no Software de gestão de operação Navia® ou outro que estiver em utilização na AdCL. No caso de dano ou perda imputada ao operador, o Prestador de Serviços deve proceder à substituição do equipamento por outro equivalente no período máximo de 3 dias.

Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.ª

Conservação de dados pessoais

- 1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
- 2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 13.^a

Preço contratual e preços base unitários

- I. Pela Prestação dos Serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os preços unitários contratuais, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços unitários referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os encargos com:
 - a) Salários com colaboradores a alocar à presente Prestação de Serviços designadamente a sua substituição em período de férias;
 - b) Custo de transporte para realização de trabalho suplementar, com recurso a veículo e meio humano da responsabilidade do Prestador de Serviços;
 - c) Custo de transporte para entrega de amostras no Laboratório AdCL na ETA da Boavista (Coimbra), com recurso a veículo e meio humano da responsabilidade do Prestador de Serviços;
 - d) Salários com colaboradores para substituição de pessoas de férias, ausentes por doença, ausências por acidente de trabalho e outras;
 - e) Todos os custos associados às viaturas afetas à execução das tarefas descritas no **ANEXO II**;
 - f) Encargos sociais e todos os custos de trabalho;
 - g) Fardamento e equipamentos de proteção individual,
 - h) Prémios de Seguro de acidentes de trabalho;

- i) As ferramentas necessárias ao exercício das funções, de acordo com o definido no **ANEXO IV**;
 - j) Sinalização rodoviária para trabalhos na via pública.
 - k) Consumíveis, produtos e acessórios para a limpeza das infraestruturas e higiene pessoal.
 - l) Quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os montantes resultantes da aplicação do referido nos pontos I e 2 devem ser considerados como incluídos nos valores unitários considerados na proposta.
4. O preço contratual máximo do presente procedimento para um período de três anos é de 391.228€ (trezentos e noventa e três mil euros).
5. Os preços base unitários, encontram-se definidos no **ANEXO III** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor
6. Os preços base unitários acima referidos foram definidos com base na consulta preliminar ao mercado de acordo com o estabelecido no artigo 35º-A do CCP, efetuada a 25 de Janeiro de 2023, às seguintes entidades:
- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A
 - CTGA – Centro Tecnológico de Gestão Ambiental, S.A
 - ATIV – Manutenção e Gestão de Activos

Cláusula 14.^a

Remuneração dos Serviços

Os serviços previstos no presente Caderno de Encargos serão remunerados mensalmente de acordo com os preços unitários contratuais, aplicados às quantidades de serviços efetivamente realizados no respetivo mês.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

- I. O preço a que se refere o n.º I da cláusula anterior é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:

2. As quantias devidas pela AdCL, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a apresentação da informação relativa aos serviços prestados durante o período de faturação.
4. Em caso de discordância por parte da AdCL quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs I a 3, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.ª

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;

- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
- c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no nº I do artigo 299º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda - é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI - no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) - e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela AdCL não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 17.ª

Revisão de Preços do Contrato

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da aquisição de Serviços, será efetuada nos termos da legislação sobre revisão de preços.
2. Será da responsabilidade do Adjudicatário o cálculo justificativo da revisão de preços, o qual deverá ser submetido à aprovação da AdCL antes de ser emitida a respetiva fatura.
3. O Adjudicatário apresentará uma fatura de revisão de preços provisória calculada com os últimos índices publicados, mas separada da fatura correspondente à situação mensal dos trabalhos realizados. O cálculo definitivo da revisão de preços e os respetivos acertos de pagamento serão feitos progressivamente à medida que forem publicados os índices definitivos.
4. A revisibilidade para os trabalhos realizados é considerada para além de um ano de execução de contrato e é estabelecida de acordo com a seguinte fórmula, no segundo e terceiro anos de contrato:

$$C = \frac{IPC_t}{IPC_0}$$

C é o fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão;

IPC_t e IPC₀ são os índices de preço no consumidor (sem habitação), no distrito de Coimbra, respetivamente no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a fatura e no mês anterior à data de apresentação de proposta.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 20.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da afetação dos meios humanos conforme definido na Cláusula 8ª, alíneas a); b); d) e); leva ao pagamento de sanção de até **4% do valor do contrato**;
 - b) Pela incapacidade em substituir os meios humanos definidos no presente Caderno de Encargos, por um período superior a 5 dias, **até 3% do valor do contrato**;
 - c) Pelo incumprimento das disposições legais, designadamente Ficha de Aptidão para o Trabalho não válida, relacionadas com os meios definidos no presente Caderno de Encargos, **até 3% do valor do contrato**;
 - d) Pelo incumprimento na disponibilização da viatura definida no caderno de encargos, por período superior a 8h, **até 2% do valor do contrato**;
 - e) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do objeto do contrato, **até 3% do valor do contrato**;

- f) O Prestador de Serviço ficará sujeito a uma multa diária de **500,00 €** (*quinhentos euros*) por cada situação detetada, quando não cumprir as suas obrigações contratuais e no que se refere ao não cumprimento da legislação e normativos legais de qualidade, ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional, energia e responsabilidade social.
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
 3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas a) a g) do n.º I, relativamente aos Serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
 5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
 6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Seja declarado o estado de emergência por Decreto do Presidente da República;
 - e) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento do requisito constante nas alíneas a) e b) da Cláusula 5.^a,
 - b) Impossibilidade de prestar os Serviços objeto do contrato por um período superior a 5 dias, por indisponibilidade de meios humanos que não seja enquadrada em motivos de força maior.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 25.^a

Seguros

O Prestador de Serviço subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial causado a terceiros em geral e à AdCL em particular, em consequência da exploração da instalação e cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

I. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Seguros de acidentes de trabalho - esta apólice englobará todo o pessoal contratado pelo Prestador de Serviço, de acordo com a legislação em vigor em Portugal quanto ao seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
- b) Seguros de viaturas - a apólice será válida para toda a frota de veículos de locomoção própria do Prestador de Serviço e contratados que circulem na via pública ou nos locais de exploração, sejam veículos de passageiros, de carga, considerando as exigências legais de Responsabilidade Civil Automóvel. O capital mínimo a segurar será de 5.000.000 € (*cinco milhões de euros*).
- c) Seguro de responsabilidade civil que cubra o valor do contrato e as operações a executar pelo adjudicatário ao abrigo do mesmo.
- d) Seguro de responsabilidade ambiental - de acordo com o Decreto-Lei nº 147/2008 de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2004/35/CE, os operadores passaram a ser responsáveis pelos danos causados aos recursos naturais, habitats e espécies. Enquadrando-se o âmbito da atividade da presente Prestação de Serviços no Anexo III do diploma acima referido, de acordo com o respetivo artigo 22.º, devem os operadores constituir obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si ou a subscrever uma apólice de seguro em substituição dessas garantias financeiras, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida.

- a. É exigida a inclusão da cláusula especial de Responsabilidade Civil Cruzada, dado o envolvimento de todas as entidades seguras;
- b. Deverão ficar garantidas as consequências dos danos, tais como perdas de exploração, lucros cessantes e outros, desde que motivados por danos materiais e/ou corporais garantidos pelo seguro;
- c. Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a AdCL será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
- d. As perdas ou danos abrangidos pela presente apólice serão cobertos até ao limite de 1.250.000 € (*um milhão, duzentos e cinquenta mil euros*) por sinistro e anuidade.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.^a

Comunicações

- I. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos Serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 28.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO SUBSISTEMA DE SANEAMENTO DE ARGANIL

Neste anexo descrevem-se as Infraestruturas que constituem o Subsistema de Saneamento de Arganil.

I. ETAR DE SÃO MARTINHO DA CORTIÇA

ETAR compacta com módulos enterrados e duas linhas de tratamento paralelas. Dimensionada para servir 800 habitantes e caudal afluente de 130 m³/dia. Obra de entrada com grelha mecânica e parafuso transportador/compactador de gradados seguida de tamisador rotativo e compactador. Tanque anóxico para a promoção da desnitrificação; tanque de arejamento com difusores de bolha fina e decantador secundário com bomba de recirculação/extracção. A purga de lamas é efectuada pela manobra manual de válvula instalada no circuito de recirculação/extracção.

Edifício pré-fabricado com quadro eléctrico e de autómato – consola táctil para visualização/edição de parâmetros de funcionamento. As leituras serão efectuadas a partir desta consola.

2. ETAR DE ALAGOA

Dimensionada para servir 8793 habitantes equivalentes e caudal de 1523 m³/dia (horizonte de Projecto). Poço de elevação inicial constituído por grupos electrobomba em poço seco.

Tratamento preliminar constituído por unidade compacta de tamisador, parafuso transportador de gradados e compactador, desengordurador e desarenador.

Unidade compacta para recepção de fossas sépticas com tamisador/compactador que descarrega em tanque próprio com grupo electrobomba e agitador submersível. Tanque selector para onde é encaminhado o esgoto saído da unidade compacta, misturado com lama de recirculação. Tanque de arejamento com rede de difusores de bolha fina e agitador submersível. Decantador secundário de onde são aspiradas as lamas de recirculação/extracção. Sala de desidratação mecânica com centrífuga; bombas de lamas (parafuso); bombas de polímero (parafuso); cuba de preparação de polímero e bomba doseadora de polímero em emulsão.

Nesta sala encontram-se ainda os sobrepressores de arejamento, filtro de sólidos em suspensão, módulo de desinfecção U.V e grupos hidropressores. Sala de comando com quadro eléctrico e autómato com consola tátil para edição/visualização de parâmetros e leituras de totalizadores.

3. EEAR DE SECARIAS

Estação elevatória com edifício – sala de bombagem com comporta de entrada, pneumática e de accionamento automático. Triturador de canal e dois grupos electrobomba accionados por interruptores de nível. Acesso ao patamar inferior por escadas (canal de chegada e topo do poço de bombagem) para limpezas gerais. Diferencial eléctrico para elevação dos grupos e ventilador.

4. ESTAÇÃO DE GRADAGEM DE CÔJA

Estação recolha de gradados com edifício próprio constituído por gradagem e desarenamento em unidade compacta automática. Sistema de comando por interruptores de nível. Quadro eléctrico e de autómato.

5. EEAR CÔJA

Estação elevatória com edifício – sala de bombagem com ventilação e desodorização; diferencial eléctrico para elevação de grupos electrobomba. Poço com triturador, dois grupos electrobomba accionados por sonda ultrasónica (redundância de interruptores de nível) e agitador submersível. Sala anexa com quadro eléctrico e autómato com consola tátil para edição e/ou visualização de parâmetros e comando manual.

6. ETAR CÔJA

Dimensionada para servir 2700 habitantes equivalentes e caudal de 432 m³/dia em horizonte de projecto. Obra de entrada com grelha mecânica de accionamento automático (interruptor de nível) seguida de unidade compactada de gradagem e desarenamento. Tanques anóxicos com agitador submersível; tanque de arejamento com rede difusora de bolha fina e bombas de nitratos. Tanque de lamas com bombas de recirculação e bombas de extracção. Decantador secundário e poço de escumas/escorrências; tanque de água tratada com dois grupos electrobomba para filtragem e desinfecção em módulo UV.

Espessador de lamaz gravítico. Sala com quadro eléctrico e autómato (tratamento preliminar) e recepção de gradados. Sala de comando com quadro eléctrico e autómato (tratamento secundário); casa de banho e sala de arrumos. Oficina anexa.

7. ETAR BARRIL DO ALVA

ETAR compacta com módulos enterrados e duas linhas de tratamento paralelas. Dimensionada para servir 600 habitantes e caudal afluente de 96 m³/dia. Obra de entrada com grelha mecânica e parafuso transportador/compactador de gradados seguida de tamizador rotativo e compactador. Tanque de homogeneização com arejador submersível (tipo venturi); tanque SBR com difusores de bolha fina, dois grupos electrobomba para recirculação/descarga (por manobra automática de electroválvula). A purga de lamaz é efectuada automaticamente por dois grupos electrobomba no fundo do SBR para silo espessador. Edifício pré-fabricado com quadro eléctrico e de autómato – consola táctil para visualização/edição de parâmetros de funcionamento. As leituras serão efectuadas a partir desta consola.

8. ETAR VILA COVA DO ALVA

ETAR compacta com módulos enterrados e duas linhas de tratamento paralelas. Dimensionada para servir 450 habitantes e caudal afluente de 72 m³/dia. Obra de entrada com grelha mecânica e parafuso transportador/compactador de gradados seguida de tamizador rotativo e compactador. Tanque de homogeneização com arejador submersível (tipo venturi); tanque SBR com difusores de bolha fina, dois grupos electrobomba para recirculação/descarga (por manobra automática de electroválvula). A purga de lamaz é efectuada automaticamente por dois grupos electrobomba no fundo do SBR para silo espessador. Edifício pré-fabricado com quadro eléctrico e de autómato – consola táctil para visualização/edição de parâmetros de funcionamento. As leituras serão efectuadas a partir desta consola.

9. ETAR POMARES

ETAR compacta com módulos enterrados e duas linhas de tratamento paralelas. Dimensionada para servir 800 habitantes e caudal afluente de 130 m³/dia. Obra de entrada com grelha mecânica e parafuso transportador/compactador de gradados seguida de tamisador rotativo e compactador. Tanque anóxico para a promoção da desnitrificação; tanque de arejamento com difusores de bolha fina e decantador secundário com bomba de recirculação/extracção. A purga de lamas é efectuada pela manobra manual de válvula instalada no circuito de recirculação/extracção. Edifício pré-fabricado com quadro eléctrico e de autómato – consola táctil para visualização/edição de parâmetros de funcionamento. As leituras serão efectuadas a partir desta consola.

QUADRO DE COORDENADAS DAS INFRASTRUTURAS DO SUBSISTEMA DE SANEAMENTO DE ARGANIL

Instalação	Localização	
	Latitude	Longitude
ETAR Alagoa	40°13'42.89"N	8°3'26.38"W
ETAR Barril de Alva	40°16'56.034"N	7°57'50.845"W
ETAR Côja	40°16'6.84"N	7°59'50.47"W
ETAR Pomares	40°16'22.674"N	7°54'03.015"W
ETAR S.Martinho da Cortiça	40°16'13.544"N	8°09'10.499"W
ETAR Vila Cova de Alva	40°17'05.259"N	7°56'25.219"W
EEAR Secarias	40°14'32.96"N	8°02'03.36"W
EEAR de Côja	40°16'08.65"N	7°59'25.19"W
Estação Gradagem Côja	40°16'6.822" N	7°59'22.584" W

ANEXO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ROTINAS DE OPERAÇÃO

ETAR S.M CORTIÇA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Obra-de-Entrada	Remoção sub-produtos	- sacos de gradados - areias depositadas no canal	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções nos equipamentos	Diária
	Limpezas	- canal e equipamentos - varetas de nível (comando da grelha e tamisador)	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Tanque Anóxico	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções agitador submersível	Semanal
Tanque de Arejamento	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento dos sopressores (ruídos/vibrações)	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas tanque de arejamento e lamas recirculação)	Semanal
Decantador	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Semanal
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento das bombas de recirculação	Semanal
	Purga de Lamas	- realizar purga de lamas em excesso	Sempre que necessário
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas e efluente)	Semanal
Geral	Leituras totalizadores	- caudal afluente - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos	Diária

	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - limpeza de janelas e chão - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático - limpeza de consolas de leitura e botoneiras (vassoura) 	Quando necessário
EEAR SECARIAS			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Sala Bombagem	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - canal de chegada (tritador) - interruptores de nível - paredes da sala e poço (máquina de pressão) 	Semanal
	Verificação estado de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> - ruídos/vibrações no triturador de canal - ruídos/vibrações dos grupos electrobomba 	Diária
	Leituras totalizadores	<ul style="list-style-type: none"> - caudal afluente - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos 	Diária
Geral	Desmatção	desmatção no interior e/ou perímetro das instalações, de forma pontual.	Quando necessário
	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - limpeza de janelas e chão - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático - limpeza de consolas de leitura e botoneiras (vassoura) 	Quando necessário

ETAR ALAGOA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Elevação Inicial	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações dos grupos de elevação inicial e bomba de escorrências - inspecção visual (acumulação de água no pavimento)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções no tambor, parafuso transportador e/ou compactador - ruídos/vibrações	Diária
Obra-de-entrada compacta	Limpezas	- parafuso transportador de gradados e compactador - verificar obstruções no circuito de encaminhamento de gradados para o contentor	Diária
	Lavagem	- interior do tambor rotativo do tamisador - pavimento e envolvente (máquina pressão e detergente)	Diária
	Recolha amostras	- amostras de processo (afluente)	Semanal
Tanque Equalização	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Lavagem	- desincrustar lamas agarradas às paredes	Semanal
Tanque de Arejamento	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas tanque arejamento e lamas recirculação)	Semanal
Decantador	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras; efluente)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações da ponte raspadora	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Espessador	Purga de Lamas	- realizar purga de lamas em excesso	Diária
Desidratação	Verificação; Arranque e Paragem	- reposição de polímero - verificar qualidade da preparação de polímero	Diária

		<ul style="list-style-type: none"> - realizar análise de matéria seca à lama espessada - arrancar com o equipamento de desidratação - acompanhar o arranque, verificando os parâmetros de funcionamento (binário e velocidade do parafuso raspador) - verificar quantidade e qualidade da lama desidratada - verificar qualidade das escorrências - verificar encravamentos/obstruções do parafuso transportador - proceder à lavagem e paragem da centrífuga 	
Geral	Leituras totalizadores	<ul style="list-style-type: none"> - caudal afluente - subprodutos removidos - stock existente (reagentes) - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos 	Diária
	Verificação estado de funcionamento de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - ruídos/vibrações dos sobrepressores de arejamento - ruídos/vibrações das bombas de recirculação/purga - ruídos/vibrações da central hidropressora - ruídos/vibrações das bombas de lamas - ruídos/vibrações das bombas de polímero - ruídos/vibrações na unidade preparadora de polímero 	Semanal
	Edifício Exploração e Desidratação	<ul style="list-style-type: none"> - lavagem do pavimento (detergente) - limpeza de janelas e chão (vassoura) - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático (vassoura) 	Semanal

		-	
	Desmatção	- desmatção no interior e/ou perímetro das instalações, de forma pontual.	Quando necessário

ESTAÇÃO DE GRADAGEM E EEAR CÔJA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Gradagem	Verificação estado de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> - encravamentos/obstruções na grelha mecânica - encravamentos/obstruções no parafuso transportador e/ou compactador - encravamentos/obstruções no parafuso transportador e/ou compactador - ruídos/vibrações nos equipamentos 	Diária
Geral	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - remoção de gradados - limpeza dos interruptores de nível 	Diária
	Lavagem	- lavagem do chão e paredes	Semanal
	Leituras totalizadores	<ul style="list-style-type: none"> - funcionamento equipamentos - consumo energia - consumo água 	Diária
	Desmatção	- desmatção no interior e/ou perímetro das instalações, de forma pontual.	Quando necessário

ETAR CÔJA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Obra-de-entrada	Verificação estado de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> - encravamentos/obstruções da grelha mecânica e da unidade compacta - ruídos/vibrações dos equipamentos 	Diária
	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - grelha mecânica - verificar obstruções no circuito de encaminhamento de gradados para o contentor 	Diária

	Lavagem	- interruptor de nível da grelha mecânica - pavimento (máquina pressão e detergente)	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo (afluente)	Semanal
Tanque Anóxico	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras) - vibração dos agitadores submersíveis	Diária
	Lavagem	- desincrustar lamas agarradas às paredes	Semanal
Tanque de Arejamento	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas tanque arejamento)	Semanal
Decantador	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras; efluente)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações da ponte raspadora	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Tanque de Lamas	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações das bombas de recirculação/purga de lamas	Semanal
	Lavagem	- desfazer escumas à superfície - interruptores de nível	Semanal
Tanque de Água Tratada	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações das bombas de água tratada	Semanal
	Lavagem	- aspiração do fundo do tanque com bomba portátil	Mensal
Sistema Desinfecção Efluente	Verificação estado de funcionamento	- verificar limpeza do filtro - limpar filtro (deixar anéis a lavar em solução de hipoclorito durante 24 horas; colocar anéis de substituição pré-lavados) - desligar, abrir e verificar estado de limpeza do módulo UV (interior do cilindro; sistema de limpeza mecânica e mangas de quartzo). Repôr funcionamento.	Semanal
Sistema Desinfecção Efluente	Limpeza e substituição de elementos	Limpeza das mangas de quartzo e estrutura de suporte. Limpeza interior do cilindro.	Mensal

		Substituição de lâmpadas em “fim de vida” e mangas de quartzo.	
Geral	Leituras totalizadores	<ul style="list-style-type: none"> - caudal afluente - subprodutos removidos - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos 	Diária
	Verificação estado de funcionamento de equipamentos	- ruídos/vibrações dos sobrepressores de arejamento	Semanal
	Edifício Exploração; Sala Sobrepressores; Sala Gradados	<ul style="list-style-type: none"> - remoção de sacos de gradados e areias - lavagem do pavimento da sala de sobrepressores (vassoura e/ou água baixa pressão) - limpeza de janelas e chão (vassoura) - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou autómato (vassoura) - lavagem do chão da sala de gradados (detergente e máquina de pressão) 	Semanal
	Central Desodorização	- verificar ruídos/vibrações	Semanal
	Desmatação	- desmatação no interior e/ou perímetro das instalações, de forma pontual.	Quando necessário

ETAR BARRIL DO ALVA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Obra-de-Entrada	Remoção sub-produtos	- sacos de gradados e areias depositadas ao longo do canal	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções nos equipamentos	Semanal
	Limpezas	<ul style="list-style-type: none"> - canal e equipamentos - varetas de nível (comando da grelha e tamisador) - consolas de leitura e botoneiras (vassoura) 	Semanal

	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Tanque Equalização	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações do arejador submersível (venturi)	Semanal
SBR	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas arejamento e lamas de extracção)	Semanal
	Purga de Lamas	- realizar purga de lamas em excesso	Sempre que necessário
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento das bombas de descarga e bombas de lamas	Semanal
Geral	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento dos sopressores (ruídos/vibrações)	Semanal
	Leituras totalizadores	- caudal afluente - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos	Diária
	Limpezas	- limpeza de janelas e chão - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático - consolas de leitura e botoneiras (vassoura)	Quando necessário
	Desmatção; Manutenção Espaços Verdes	- desmatção e/ou manutenção de espaços verdes (motoroçadora)	Quando necessário

ETAR VILA COVA DO ALVA			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Obra-de-Entrada	Remoção sub-produtos	- sacos de gradados e areias depositadas ao longo do canal	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções nos equipamentos	Semanal
	Limpezas	- canal e equipamentos	Semanal

		- varetas de nível (comando da grelha e tamisador) - consolas de leitura e botoneiras (vassoura)	
	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Tanque Equalização	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- ruídos/vibrações do arejador submersível (venturi)	Semanal
SBR	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas arejamento e lamas de extracção)	Semanal
	Purga de Lamas	- realizar purga de lamas em excesso	Sempre que necessário
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento das bombas de descarga e bombas de lamas	Semanal
Geral	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento dos sopressores (ruídos/vibrações)	Semanal
	Leituras totalizadores	- caudal afluente - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos	Diária
	Limpezas	- limpeza de janelas e chão - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático - consolas de leitura e botoneiras (vassoura)	Quando necessário
	Desmatção; Manutenção Espaços Verdes	- desmatção e/ou manutenção de espaços verdes (motoroçadora)	Quando necessário

ETAR POMARES			
AÇÃO		TAREFAS	FREQUÊNCIA
Obra-de-Entrada	Remoção sub-produtos	- sacos de gradados	Diária
		- areias depositadas no canal	

	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções nos equipamentos	Semanal
	Limpezas	- canal e equipamentos - varetas de nível (comando da grelha e tamisador)	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo	Semanal
Tanque Anóxico	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- encravamentos/obstruções agitador submersível	Semanal
Tanque de Arejamento	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Diária
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento dos sopressores (ruídos/vibrações)	Semanal
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas tanque de arejamento e lamas recirculação)	Semanal
Decantador	Inspeção visual	- qualidade do processo (escumas; gorduras)	Semanal
	Verificação estado de funcionamento	- verificar funcionamento das bombas de recirculação	Semanal
	Purga de Lamas	- realizar purga de lamas em excesso	Sempre que necessário
	Recolha amostras	- amostras de processo (lamas e efluente)	Semanal
Geral	Leituras totalizadores	- caudal afluente - água consumida - energia consumida - funcionamento equipamentos	Diária
	Limpezas	- limpeza de janelas e chão - limpeza exterior de quadro eléctrico e/ou automático - consolas de leitura e botoneiras (vassoura)	Quando necessário
	Desmatação	- desmatação no interior e/ou perímetro das instalações, de forma pontual.	Quando necessário

ANEXO III

Lista de quantidades estimadas e preços base unitários

“Prestação de Serviços de Operação dos Subistemas de Saneamento do Concelho de Arganil”

I. Preços Unitários de **Meios Humanos** a afetar à prestação de serviços de **Operação dos Subistemas de Saneamento do Concelho de Arganil**:

item	Meios Humanos	Quantidades Estimadas (mensal)	Preço Base Unitário	
			€	Unidades
1.1	Responsável pela Gestão da Prestação de Serviços – 20% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea a).	1 un	1 000,00 €	€/mês
1.2	Técnico de Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança – 20% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea b).	1 un	1 000,00 €	€/mês
1.3	Operadores destinados aos serviços identificados em Caderno de Encargos; Anexo II. 100% afetação (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea c) e d)	2 un	5 000,00 €	€/mês

2. Preço unitários de **Meios Materiais e Administrativos** a afetar à prestação de serviços de **Operação dos Subistemas de Saneamento do Concelho de Arganil**:

item	Meios Materiais e Administrativos	Quantidades Estimadas (mensal)	Preço Base Unitário	
			€	Unidades
2.1	Prevenção efetiva para os serviços identificados em Caderno de Encargos.	400 horas	800,00 €	€/mês
2.2	Trabalho em hora suplementar para os serviços identificados em Caderno de Encargos.	15 horas	750,00 €	€/mês
2.3	Viatura Operacional (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea e).	1 un	1 600,00 €	€/mês
2.4	Smartphone (Caderno Encargos; Cláusula 8ª, nº I alínea f)	1 un	70,00 €	€/mês
2.5	Elaboração das avaliações de risco, fichas de procedimento de segurança e emergência das atividades desenvolvidas em todas as instalações âmbito da prestação de serviços e avaliação do ruído laboral.	1 vg	2 500,00 €	VG
2.6	Equipamentos de proteção individual e coletiva de acordo com o caderno de encargos.	1 un	132,00 €	€/mês
2.7	Equipamentos portáteis para medição de concentrações de gases: Oxigénio, Metano, Dióxido de carbono e Gás Sulfídrico.	1 un	85,00 €	€/mês
2.8	Equipamento para trabalhos em altura e resgate tripé, guincho, roldana, retrátil e respetivos acessórios necessários ao equipamento) para pessoas.	1 un	166,00 €	€/mês

2.9	Ferramentas necessárias ao exercício de funções, de operador conforme descrito em Caderno de Encargos – Anexo IV	1 un	105,00 €	€/mês
2.10	Deslocação com recurso a viatura do Prestador de Serviço ao Laboratório AdCL para entrega de amostras	2 un	90,00 €	€/mês

ANEXO IV

LISTA DE FERRAMENTAS A AFETAR À EQUIPA DE OPERAÇÃO

- . Um jogo de chaves luneta
- . Um jogo de chaves de bocas
- . Um jogo de caixa roquete
- . Um jogo de chaves allen
- . Um jogo de chave de fendas
- . Um jogo de chaves estrela
- . Um martelo
- . Uma chave inglesa
- . Uma chave grifos
- . Um alicate universal
- . Um alicate corte
- . Uma fita métrica 5 metros
- . Uma lanterna recarregável
- . Uma caixa de ferramentas
- . Duas enxadas
- . Uma picareta
- . Duas pás
- . Um pé de cabra